



DATA DA REUNIÃO: CATORZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO.---

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. ANDREIA CARINA MACHADO DA SILVA NETO – PPD/PSD.CDS-PP – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ MANUEL ALVES PIMENTA DE CARVALHO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR CARLOS ALBERTO CARVALHO FERNANDES – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.-----

VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª SILVIA MANUELA DA COSTA FERREIRA TAVARES – PS – PRESENTE.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: QUINZE HORAS E VINTE MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: QUINZE HORAS E CINQUENTA E CINCO MINUTOS.-----





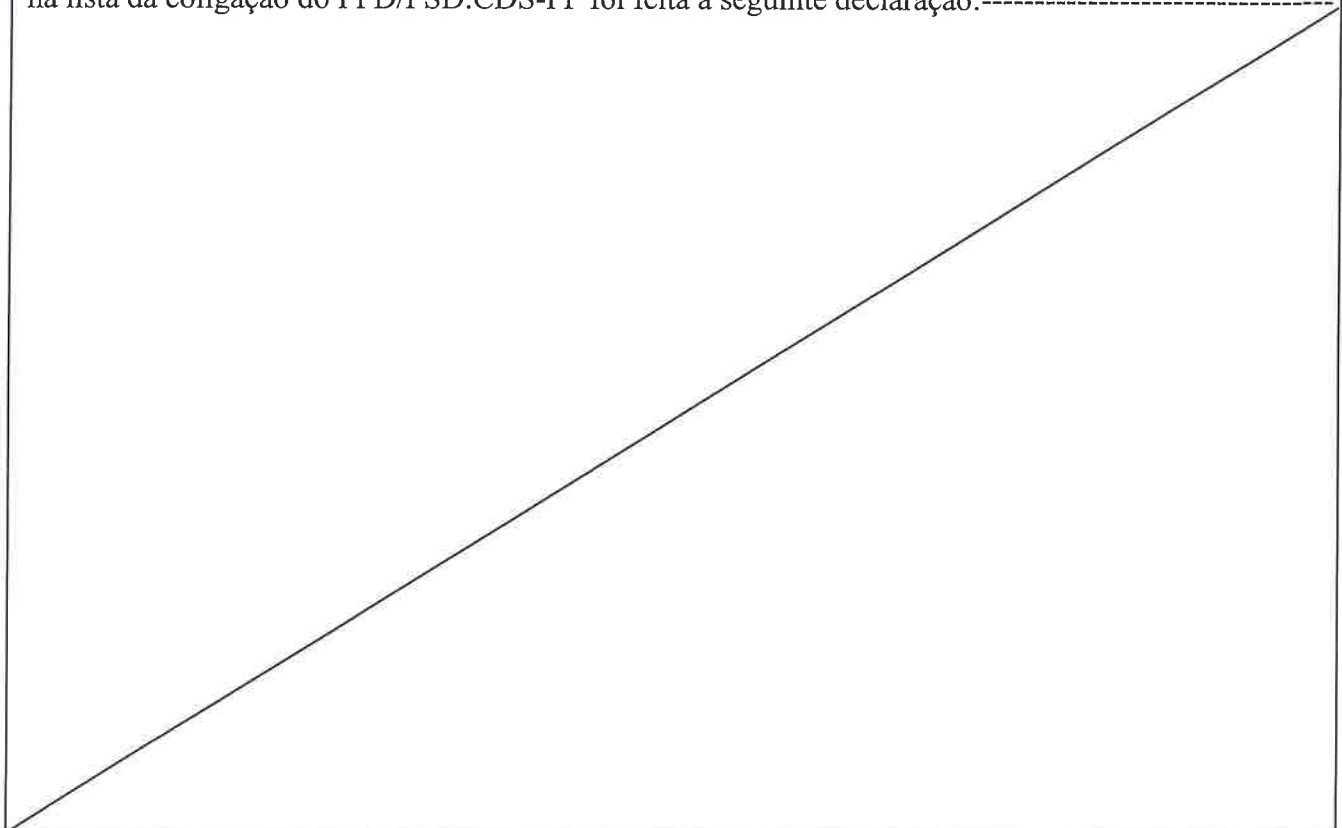
SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Em cumprimento das disposições conjugadas dos números 4 e 12 do artigo 49º da Lei 42/2016, de 28 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para dois mil e dezassete, o senhor presidente comunicou à câmara municipal os contratos de prestação de serviços celebrados / adjudicados no decurso do mês de novembro findo, conforme listagem que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, como anexo I, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

b) Pelo senhor vereador Dr. José Manuel Pimenta de Carvalho, eleito enquanto inscrito na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP foi feita a seguinte declaração:-----



3

Tomada de posição política no Projeto de requalificação e revitalização do Largo Coronel Batista Coelho e Praça Conde S Bento, na cidade de Santo Tirso.

Estive presente na 1ª sessão pública de esclarecimento sobre o tema “Requalificação e revitalização do Largo Coronel Batista Coelho e Praça Conde S. Bento da cidade de Santo Tirso”, realizada na passada terça-feira, dia 5 de dezembro, na sede da Associação Comercial e Industrial de Santo Tirso.

É de louvar a iniciativa e a participação em força, dos comerciantes, residentes locais e outros munícipes interessados no desenvolvimento harmonioso da cidade de Santo Tirso. A apresentação do projeto de intervenção esteve a cargo de 3 Arquiteto, em representação da Câmara Municipal.

No essencial, pretende-se requalificar estes espaços, dotando-os de áreas amplas e planas, para facilitar a mobilidade de peões e a circulação de bicicletas, inserido no projeto mais amplo das ciclovias. As áreas ajardinadas são destruídas.

Foi afirmado que a circulação de veículos automóveis será muito condicionada, eliminando-se os lugares de estacionamento.

Após a apresentação do projeto, abriu-se o período de debate e esclarecimento.

Assistimos a um acalorado momento de discussão, com intervenções muito críticas e pouco abonatórias para os responsáveis do projeto.

Está em causa a descaracterização de duas praças, quebrando-se a identidade e a história de Santo Tirso. Constata-se ser uma obra de engenharia “pura e dura”, realizada por arquitetos que não vivem e sentem o “pulsar” da cidade.

Alguns dos participantes não deixaram de lembrar o atentado urbanístico que aconteceu na demolição do antigo Hotel Cidnay e a construção do atual edifício do Millennium BCP, ainda hoje e com mais de 30 anos passados, muito criticado.

Outros, entenderam destacar a pouca ou nenhuma utilidade, na implementação do projeto de revitalização da Praça General Humberto Delgado.

Algumas questões ficaram por responder:

- Zonas de estacionamento alternativas (ainda não definidas e projetadas);
  - Qual o impacto previsto no comércio local;
  - Na zona de circulação condicionada, está autorizada paragem/estacionamento, por períodos curtos de 10 a 15 minutos;
  - Os bares são deslocalizados para a área central da praça, sem se conhecer se estão previstas autorizações para instalar estruturas de abrigo dos Clientes.
- (...)

Espera-se que na 3ª sessão, que irá realizar-se a 20 de Dezembro na sede da UF de Santo Tirso, estas e outras questões possam ser esclarecidas, se possível por um membro do executivo da Câmara Municipal, ausência notada e comentada nesta 1ª sessão.

Santo Tirso, ¹⁴7 de dezembro de 2017

O Vereador eleito pela coligação PSD/CDS-PP
José Pimenta Carvalho

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 24 Fl. 4
14 de dezembro de 2017

Pelo senhor presidente da câmara foi dito, sucintamente, que nesta fase se está apenas a ouvir opiniões, cabendo a decisão final à câmara municipal. Nada está decidido neste momento. Não esteve presente nenhum vereador, porque neste momento está-se apenas numa fase técnica, e não de decisão política.-----

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 24 Fl. 5
14 de dezembro de 2017

A

**DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS
PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE
ATA CONSTITUINDO A SUBSEQUENTE FOLHA.-----**



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14/DEZEMBRO/2017 – ATA Nº 24

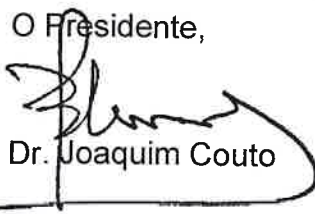
Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da ata da última reunião ordinária (30/11/2017)
- 2 – Ata da sessão extraordinária da assembleia municipal de 23/11/2017: Conhecimento
- 3 – Plano de Mobilidade Urbana Sustentável para a cidade de Santo Tirso
- 4 – Proposta de aceitação da partilha do ativo restante e Relatório de Liquidação e Contas Finais da Sociedade PRIMUS, EMT, SA
- 5 – Regulamento do Funcionamento do Centro de Recolha Oficial do Canil / Gatil Municipal: Início do procedimento
- 6 – Proposta da 2ª alteração ao Regulamento do Orçamento Participativo Jovem do Município de Santo Tirso: Início do procedimento
- 7 – Adjudicação do direito de ocupação da loja 22 da Central de Camionagem: Ratificação de despacho do presidente
- 8 – Proposta de atribuição de subsídio à Paróquia de Refojos de Riba d'Ave para aquisição de uma viatura para transporte de seniores
- 9 – Proposta de celebração de Contrato-Programa de desenvolvimento desportivo com a União Desportiva Social de Roriz
- 10 – Proposta de celebração de Contrato-Programa de desenvolvimento desportivo com o CAST – Clube Automóvel de Santo Tirso
- 11 – Proposta de celebração de Contrato-Programa de desenvolvimento desportivo com o NAST – Núcleo Associativo de Santo Tirso

Santo Tirso, 11 de dezembro de 2017

O Presidente,


Dr. Joaquim Couto

1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 30/11/2017.----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia trinta de novembro findo, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada por unanimidade.-----

2. MINUTA DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 23/11/2017: CONHECIMENTO.-----

Presente a minuta da ata da sessão extraordinária da assembleia municipal, realizada no dia vinte e três de novembro findo, na qual foi aprovado o seguinte:-----

- Eleição da lista ordenada dos membros da comissão executiva metropolitana da Área Metropolitana do Porto;-----

- Ratificação de Protocolo celebrado entre o município de Santo Tirso, a Fábrica da Igreja Paroquial de S. Miguel da Lama e a União das Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira para construção de novas instalações sanitárias de apoio à capela mortuária da Lama;-----

- Eleição de um presidente de junta de freguesia para representar as juntas de freguesia do concelho XXIII Congresso da ANMP;-----

- Alteração da estrutura orgânica do município, que consiste na alteração do número de unidades orgânicas flexíveis;-----

- Aprovação da taxa do imposto municipal sobre imóveis a aplicar aos prédios urbanos no ano de dois mil e dezoito;-----

- Redução no ano de dois mil e dezoito da taxa do imposto municipal sobre imóveis destinados a habitação própria e permanente de sujeitos passivos com dependentes a cargo, de harmonia com o previsto no artigo 112º-A do CIMI;-----

- Deliberar, para os rendimentos respeitantes a dois mil e dezoito, que a participação municipal no IRS será de 4,75%;-----

- Aprovar as taxas de derrama para o ano de dois mil e dezoito, nos termos da proposta da câmara, aprovada em reunião de dezasseis do mesmo mês de novembro;-----

- Autorizar a prorrogação do prazo de vigência do contrato de concessão do serviço público de transportes coletivos urbanos de passageiros;-----

- Reconhecimento do interesse público municipal do projeto de investimento a levar a

feito pela sociedade Panike – Indústria de Produtos Alimentares Congelados, S.A. (Processo 35/17AE);-----

- Reconhecimento do interesse público municipal do projeto de investimento a levar a efeito pela sociedade Felpinter – Indústria Têxteis, S.A. (Processo 28/17-AE);-----

- Reconhecimento do interesse público municipal do projeto de investimento a levar a efeito pela sociedade ADI – Center Portugal, Unipessoal Lda.-----

A câmara municipal tomou conhecimento.-----

3. PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL PARA A CIDADE DE SANTO TIRSO.-----

Presente informação da Divisão de Mobilidade e Transportes, de onze do corrente mês de dezembro, registada com o número onze mil quinhentos e trinta e sete, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, a remeter o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável para a cidade de Santo Tirso, o qual visa a qualificação do espaço público na cidade de Santo Tirso, nas seguintes dimensões estruturantes;-----

- repartição do espaço público pelas suas funções de circulação e estadia, com especial atenção pela integração dos modos suaves e dos transportes públicos;-----
- implementação da mobilidade inclusiva;-----
- melhoria da qualidade do espaço, pelo desenho e pelos materiais.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, tendo em consideração os objetivos essenciais do PMUS para a cidade de Santo Tirso, e que constam da aludida informação técnica, deliberasse aprovar o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável remetido à câmara municipal com a referida informação, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo os anexos II e III da mesma, que ficam rubricados pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada com seis votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e duas abstenções dos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.CDS-PP, que fizeram a seguinte declaração de voto:-----

“Abstivemo-nos por entendermos tratar-se de uma matéria relevante, que tem implicações a vários níveis, entre os quais a mobilidade dos veículos e/ou das pessoas e na rede viária e urbanística da Área Urbana de Santo Tirso, era importante auscultar a população, promovendo sessões públicas de debate e discussão de ideias e recolhendo os contributos para a melhoria do Plano

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 24 Fl. 11
14 de dezembro de 2017

A

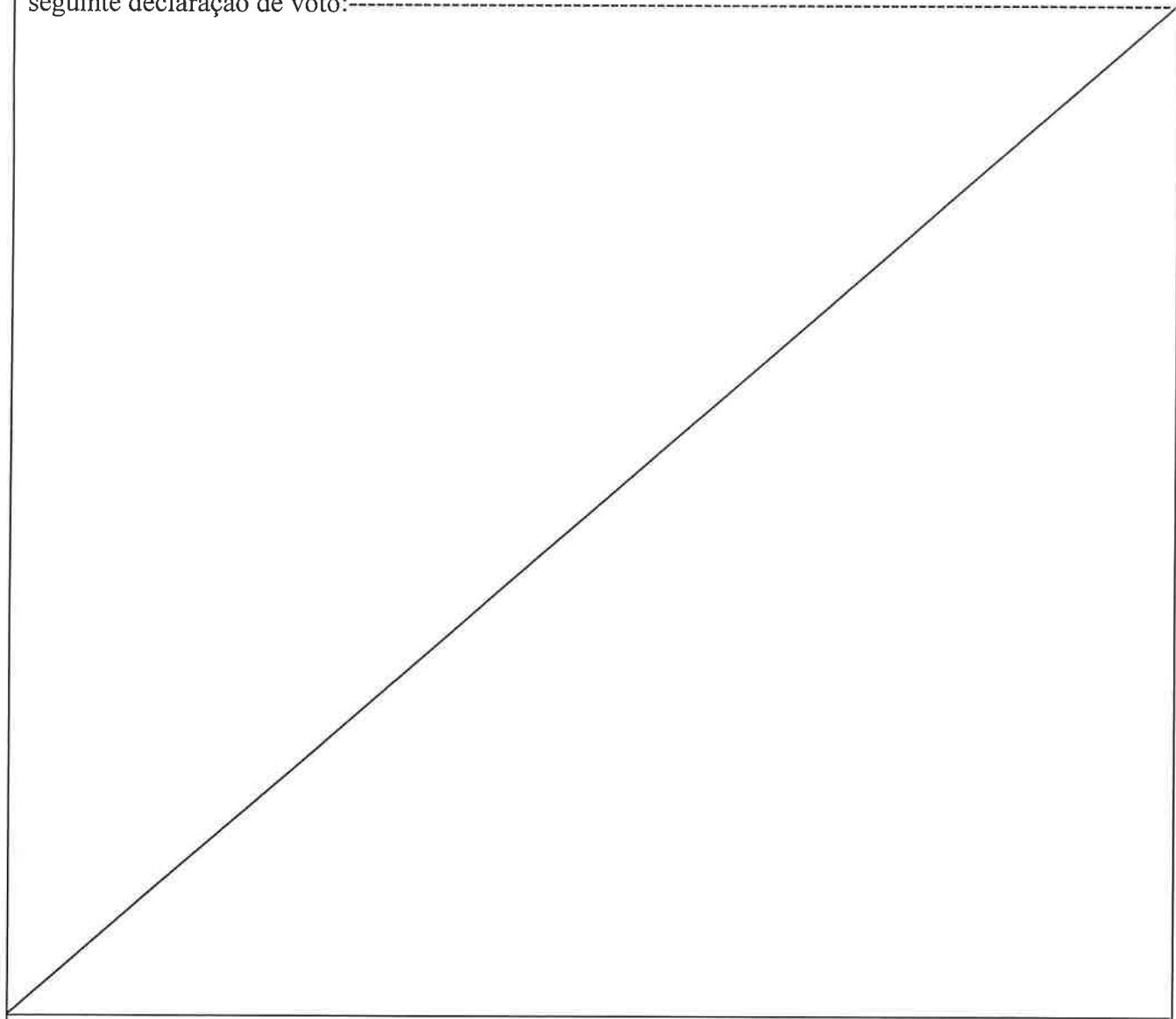
A

de Mobilidade Urbana Sustentável para a cidade de Santo Tirso (PMUS).-----

Desconhecemos em pormenor o PMUS e ao que julgamos saber o mesmo não se encontra disponível para consulta no sítio na internet oficial da câmara.-----

Pelos motivos atrás expostos os vereadores eleitos enquanto inscritos na coligação “Por Todos Nós” abstém-se de assumir posição sobre esta matéria”.-----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----





DECLARAÇÃO DE VOTO

(Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Santo Tirso)

O Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, disponível no sítio oficial da Câmara Municipal, é um instrumento absolutamente estratégico para o desenvolvimento do Município de Santo Tirso.

Elaborado de acordo com as orientações europeias e nacionais, com vista a promover a competitividade da economia, a Coesão Social e o desenvolvimento sustentável, o documento tem como principal objetivo **devolver a cidade às pessoas**.

A sustentabilidade não é propriamente um esoterismo ou uma teimosia política própria de um executivo municipal terceiro-mundista, mas antes um conceito de referência europeia, com base no qual a Europa quer caminhar para uma economia inteligente, sustentável e inclusiva.

À semelhança do que já está a fazer um conjunto de Municípios portugueses, Santo Tirso tem de dar passos firmes no sentido de se transformar num território MAIS PRÓSPERO, MAIS RESILIENTE, MAIS SAUDÁVEL, MAIS JUSTO, MAIS CONETADO E MAIS COGNITIVO, princípios que norteiam as cidades modernas e sustentáveis dos países do primeiro-mundo.

Com o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, que já está a ser posto em prática e que vai ter continuidade no próximo ano e seguintes, com uma série de projetos de regeneração urbana, como, por exemplo, o Largo Coronel Baptista Coelho e a Praça Conde S. Bento, entre outros, Santo Tirso quer estar na linha da frente das cidades mais sustentáveis do país, razão pela qual está a adotar um conjunto de

medidas e políticas para dar resposta à estratégia europeia de desenvolvimento urbano sustentável.

Para o executivo municipal de maioria PS, a sustentabilidade não é uma questão ideológica, nem arma de arremesso político, colocando maioria de um lado e oposição do outro. A sustentabilidade deve unir mais do que dividir, porque é o futuro de todos que está em causa, nomeadamente a herança – boa ou má – que queremos deixar aos nossos filhos e netos.

Em traços gerais, o que o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável define são linhas estratégicas que vão ao encontro da melhoria da qualidade de vida da população do Município, numa lógica de mobilidade sustentável, enquanto fator de progresso e desenvolvimento económico, social e ambiental.

Os três principais eixos estruturantes que vão nortear as políticas públicas municipais para o futuro da mobilidade municipal, assumidos para devolver a cidade às pessoas, são:

1. **Reestruturação dos principais espaços públicos da cidade**, para incentivar a utilização dos modos suaves de mobilidade, nomeadamente o uso da bicicleta, estando, por isso, prevista a construção de 20 quilómetros de ciclovias;
2. **Reorganização do estacionamento**, para incentivar a redução da utilização dos meios de transporte motorizados no centro da cidade, com a criação de mais bolsas de estacionamento, a juntar às já criadas, responsáveis pela oferta de cerca de 500 novos lugares;
3. **Reestruturação da rede de transportes públicos**, que passará no futuro a ter uma dimensão intermunicipal, envolvendo os Municípios de Famalicão, Trofa e Vizela, para dar uma melhor resposta às necessidades das

populações, em matéria de horários, tarifário, renovação de frota, informação prestada ao público, entre outros.

Se Santo Tirso for capaz de executar as orientações emanadas pela União Europeia e pelos documentos estratégicos nacionais e regionais, estará em condições de ultrapassar os desafios que hoje se colocam aos territórios em matéria de mobilidade urbana sustentável e, ao mesmo tempo, de melhorar a qualidade de vida da população do Município, no presente e no futuro.

Pelo exposto, os eleitos pelo Partido Socialista votam favoravelmente o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Santo Tirso.

Os eleitos pelo Partido Socialista

Santo Tirso, 14 de dezembro de 2017

4. PROPOSTA DE ACEITAÇÃO DA PARTILHA DO ATIVO RESTANTE E RELATÓRIO DE LIQUIDAÇÃO E CONTAS FINAIS DA SOCIEDADE PRIMUS, EMT, SA

Presente proposta da Comissão Executiva Metropolitana do Porto, aprovada em reunião de treze de outubro último, sobre a partilha do ativo restante da PRIMUS, EMT, S.A. e Relatório de Liquidação e Contas Finais daquela sociedade a trinta e um de agosto último, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IV da mesma, composto por dezoito folhas.-----

O assunto vem informado pelo assessor financeiro, conforme informação de doze do corrente mês de dezembro, registada com o número doze mil cento e cinquenta e um, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse concordar com a proposta de partilha apresentada na comissão executiva metropolitana da AMP, melhor explicitada naquela informação técnica, da qual se junta cópia à presente ata, constituindo as subseqüentes duas folhas, e remeter a mesma à assembleia municipal para aprovação da proposta de partilha e para tomada de conhecimento do Relatório de Liquidação e Contas finais da sociedade a trinta e um de agosto de dois mil e dezassete.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----


SANTO TIRSO
 CÂMARA MUNICIPAL
 Praça 25 de Abril
 4780-373 SANTO TIRSO
 Tel. +351 252 830 400
 Fax +351 252 856 534
 santotirso@cm-stirso.pt
 www.cm-stirso.pt

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
DIVISÃO FINANCEIRA

Processo n.º

Requerimento n.º


 Informação n.º
 12151/17

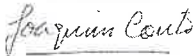
Assunto PRIMUS: Proposta de aceitação da partilha do ativo restante e Relatório de Liquidação e Contas Finais da Sociedade PRIMUS EMT, SA

DESPACHO PRESIDENTE

12-12-2017

Reunião.

O Presidente



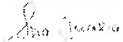
Dr. Joaquim Couto

DESPACHO VEREADOR

12-12-2017

Para reunião de câmara.

A Vereadora



Ana Maria Ferreira (Eng^a)

INFORMAÇÃO SUPERIOR

INFORMAÇÃO

12/12/2017

O Assessor Financeiro

Rui Rosário

- A Primus - Promoção e Desenvolvimento regional, EMT, SA é uma empresa local, de âmbito metropolitano e que tinha por objeto o desenvolvimento urbano de âmbito intermunicipal, na área geográfica da AMP, Área Metropolitana do Porto.

- à data da liquidação, o capital era registado pelo valor de 163.098,00 euros, correspondente a 163.098 ações, porém a situação líquida da PRIMUS, decorrente dos resultados negativos de anos anteriores estava, àquela data, reduzida ao valor contabilístico de 96.686,22 euros.

- a proposta de partilha apresentada na Comissão Executiva Metropolitana das AMP consiste na distribuição do ativo restante em função do capital devido na PRIMUS: 98,77% Área Metropolitana do Porto, 0,06% por cada um dos 15 municípios aderentes e 0,31% Universidade do Porto.

- do quinhão a distribuir, a proposta refere duas particularidades: que por questões logísticas e atento o reduzido valor, se atribua à AMP o mobiliário, equipamento e outros bens; que os livros sejam atribuídos à Universidade do Porto.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL
Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

A proposta foi aprovada em assembleia geral da Primus em 29 de setembro do corrente ano de 2017 e aprovada no Conselho Metropolitano do Porto em 29 de novembro de 2017, é uma proposta razoável, equilibrada e que vem no seguimento das deliberações de liquidação e extinção daquela sociedade.

5. PROPOSTA DE ELABORAÇÃO DE REGULAMENTO DO FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DO CANIL / GATIL MUNICIPAL: INÍCIO DO PROCEDIMENTO.-----

Presente informação conjunta da Divisão Jurídica e dos Serviços Urbanos, de onze do corrente mês de novembro, registada com o número doze mil e quarenta e seis, a propor a elaboração de Regulamento municipal acima referido, que tem por objetivo regulamentar o funcionamento e a organização do Centro de recolha Oficial – Canil / Gatil Municipal, bem como a definição dos termos gerais de prestação do serviço público de recolha, alojamento, adoção, ocisão e eliminação de cadáveres da população canina e felina.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 4/2015, de 07 de janeiro, deliberasse dar início ao procedimento de elaboração do Regulamento municipal acima referido, e designar como responsável pela direção do respetivo procedimento a Técnica Superior Susana Carina Lopes Maciel, afeta aos Serviços Urbanos, em quem fica delegado, nos termos do n.º 2 do artigo 55º do mesmo Código, o poder de direção do procedimento.-----

O senhor presidente propôs ainda que se fixe como data do início do procedimento, a data da presente deliberação, e se fixe o prazo de dez dias úteis para a constituição como interessados no procedimento e apresentação por escrito de contributos para a elaboração do regulamento.-----

A presente deliberação será publicitada de harmonia com o previsto no n.º 1 do referido artigo 98º e nos demais termos legalmente previstos, de cuja publicitação deverá constar a forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.-----

O referido prazo de dez dias úteis conta-se a partir da data da publicitação desta deliberação.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



6. PROPOSTA DA 2ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO: INÍCIO DO PROCEDIMENTO.-----

Presente informação do Serviço de Juventude, de sete do corrente mês de dezembro, registada com o número doze mil e oito, a propor em resultado da experiência obtida com a implementação do Orçamento Participativo Jovem desde dois mil e catorze, alterações ao Regulamento do Orçamento Participativo Jovem, aprovado pela câmara municipal em reunião de onze de agosto de dois mil e catorze (item três da respetiva ata) e ratificado pela assembleia municipal em sessão ordinária de vinte e nove de setembro do mesmo ano (item onze da respetiva ata) e entretanto alterado por deliberação da assembleia municipal de trinta de junho de dois mil e quinze.-----

A proposta de alteração é motivada pela necessidade de criar um mecanismo de participação ajustado à realidade atual da população juvenil.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 4/2015, de 07 de janeiro, deliberasse dar início ao procedimento de alteração (2ª alteração) ao Regulamento municipal acima referido, e designar como responsável pela direção do respetivo procedimento a Chefe da respetiva Divisão, Dra. Paula Maria Brandão da Silva, em quem fica delegado, nos termos do n.º 2 do artigo 55º do mesmo Código, o poder de direção do procedimento.-----

O senhor presidente propôs ainda que se fixe como data do início do procedimento, a data da presente deliberação, e se fixe o prazo de dez dias úteis para a constituição como interessados no procedimento e apresentação por escrito de contributos para a alteração do referido regulamento.-----

A presente deliberação será publicitada de harmonia com o previsto no n.º 1 do referido artigo 98º e nos demais termos legalmente previstos, de cuja publicitação deverá constar a forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a

Reunião : ORDINÁRIA

alteração àquele regulamento.-----

O referido prazo de dez dias úteis conta-se a partir da data da publicitação desta deliberação.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



A
7

7. ADJUDICAÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DA LOJA 22 DA CENTRAL DE CAMIONAGEM: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE.-----

Presente requerimento de Florbela Leonor de Sousa Borges, de vinte e um de agosto último, registado com o número vinte mil setecentos e noventa e dois, a solicitar a adjudicação do direito de ocupação de parte da loja n.º 22 da Central de Camionagem para a atividade de florista, bem como a realização, por parte do município, das obras necessárias à divisão da referida obra.-----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal o seu despacho que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes quatro folhas.

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho anexo.-----

DESPACHO

Despacho de adjudicação do direito de ocupação da loja 22 da Central de Camionagem

Pelo requerimento apresentado por Florbela Leonor de Sousa Borges, com morada na Rua Visconde de Cantim, n.º 683, freguesia de Reguenga, registado com o n.º 20792/2017, de 21 de agosto último, foi solicitada a adjudicação do direito de ocupação de parte da loja 22 da Central de Camionagem, para a atividade de florista, bem como a realização, por parte da câmara municipal, das obras necessárias à divisão da referida loja.

A loja 22 da Central de Camionagem, com a área de 41,90 m², encontra-se livre e em condições de ser ocupada.

De acordo com o n.º 22 do artigo 54.º do Capítulo IX da Tabela de Taxas anexa ao Regulamento de liquidação, cobrança e pagamento de taxas e outras receitas municipais, o valor da taxa de ocupação mensal da aludida loja no corrente ano é de 235,75 €, não estando prevista qualquer finalidade específica para a mesma.

Não há outros interessados na ocupação da referida loja.

Tendo em conta os seguintes considerandos:

Considerando que, segundo informação prestada pelos serviços técnicos, é viável a divisão da loja, mediante a instalação de uma parede divisória, conforme planta que se anexa ao presente despacho e do qual fica a fazer parte integrante para todos os efeitos legais;

Considerando que da divisão da loja, resultam duas lojas autónomas, com saídas independentes para o exterior, às quais podem ser dadas finalidades distintas, garantindo uma maior rentabilidade do espaço;

Considerando que interessa promover e dinamizar a ocupação da Central de Camionagem;

Considerando que nos termos do disposto no n.º 2 do Regulamento para Instalação de Estabelecimentos na Estação de Camionagem é permitida a



atribuição do direito de ocupação das lojas por negociação direta com os eventuais interessados,

23

Decido, ao abrigo da competência delegada por deliberação da câmara municipal de 26 de novembro de 2013, conforme alíneas a), b) e c) do ponto 5 da referida deliberação:

a) Adjudicar, mediante negociação direta, o direito de ocupação da loja 22A da Central de Camionagem, melhor identificada na planta anexa, a Florbela Leonor de Sousa Borges, com morada na Rua Visconde de Cantim, n.º 683, freguesia de Reguenga, para a atividade de florista, mediante o pagamento da respetiva taxa mensal de ocupação no valor de 103,39€ (cento e três euros e trinta e nove cêntimos), o qual corresponde à área resultante da divisão da loja 22, acrescido do custo de adjudicação no montante de 50,00€ (cinquenta euros).

A adjudicação da aludida loja, é ainda efetuada na condição da adjudicatária promover a ligação à rede de abastecimento público de água, e demais condições estabelecidas no Regulamento para Instalação de Estabelecimentos na Estação de Camionagem;

b) Que a Divisão de Serviços Gerais proceda à execução das obras inerentes à divisão da referida loja 22;

Decido, ainda, ao abrigo da competência excecional prevista no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, dado que a próxima reunião de câmara ainda não se encontra agendada e a interessada alegou urgência na ocupação da referida loja, com todas as vantagens para o município de Santo Tirso,

c) Fixar a taxa mensal de ocupação da loja 22B, identificada na planta anexa, no valor de 132,36€ (cento e trinta e dois euros e trinta e seis cêntimos), o qual corresponde à área resultante da divisão da loja 22;

d) Aprovar a alteração da Tabela de Taxas anexa ao Regulamento de liquidação, cobrança e pagamento de taxas e outras receitas municipais, de forma a contemplar as lojas 22A e 22B e as correspondentes taxas nos montantes acima indicados.

Nestes termos, onde se lê "Loja 22 (41,90m2) – 235,75€", passa a ler-se "Loja 22A (18,20m2) – 103,39€; Loja 22B (23,30m2) – 132,36€".

Remeta-se o presente despacho:

- À Divisão de Mobilidade e Transportes para efeitos do disposto na alínea a);



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL
Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel+351 252 830 400
Fax+351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

- À Divisão de Serviços Gerais para efeitos do disposto na alínea b);
- A reunião de câmara para ratificação do presente despacho no que se refere ao disposto nas alíneas c) e d).

O Presidente,

Dr. Joaquim Couto



8. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À PARÓQUIA DE REFOJOS DE RIBA D'AVE PARA AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA PARA TRANSPORTE DE SENIORES.-----

Presente ofício da Paróquia de Refojos de Riba d'Ave, de vinte e quatro de novembro findo, registado com o número vinte e nove mil novecentos e cinquenta, a solicitar a atribuição de um subsidio para ajudar a custear as despesas com a aquisição de uma viatura para transporte de população sénior, em virtude daquela Paróquia ter um serviço social de apoio à terceira idade.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1º do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, para apoiar entidades legalmente existentes, nomeadamente com vista ao apoio de atividades de natureza social, que possam contribuir para a promoção da saúde e prevenção das doenças;-----

Considerando a importância que as Igrejas Locais assumem no seio da comunidade em que se inserem, sendo que os membros da Igreja são simultaneamente membros da comunidade local e um número significativo de cidadãos são membros conscientes e ativos da Igreja, estando simultaneamente comprometidos com o desenvolvimento social;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir à Fábrica da Igreja Paroquial de Refojos de Riba d'Ave um subsídio no montante de 1.250,00 € (mil duzentos e cinquenta euros) para ajudar a custear as despesas com a aquisição de uma viatura para apoio à população sénior.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 3594/2017.-----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 4312/2017, de sete do corrente mês de dezembro.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



9. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A UNIÃO DESPORTIVA SOCIAL DE RORIZ – 2017.

Presente ofício de seis de abril último, da associação denominada União Desportiva e Social de Roriz, registado com o número oito mil oitocentos e vinte e seis, a remeter programa de desenvolvimento desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio da câmara municipal para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa.

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação registada com o número doze mil e sessenta e dois, de onze do corrente mês de dezembro, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:

Considerando que a associação denominada União Desportiva e Social de Roriz tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta, no dia vinte de outubro último, válida por quatro meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, no dia vinte de novembro findo, válida por três meses;

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município;

Considerando a competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do nº 1 do artº 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 49.000,00 € (quarenta e nove mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica

a fazer parte integrante, constituindo o anexo V da mesma.-----

O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pelas rubricas orçamentais com as classificações económicas 040701 e 080701, nas quais tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 3621/2017.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 4334/2017, de doze do corrente mês de dezembro.-----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade.-----



10. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O CAST – CLUBE AUTOMÓVEL DE SANTO TIRSO.-----

Presente ofício de vinte e nove de setembro último, da associação denominada CAST – Clube Automóvel de Santo Tirso, registado com o número vinte e quatro mil quinhentos e oitenta, a remeter programa de desenvolvimento desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio da câmara municipal para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa.-----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação registada com o número onze mil oitocentos e quatro, de quatro do corrente mês de dezembro, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que a associação denominada CAST – Clube Automóvel de Santo Tirso tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta, no dia dezasseis de agosto último, válida por quatro meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, no dia vinte e três de novembro findo, válida por três meses;-----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município;-----

Considerando a competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 15.000,00 € (quinze mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de

Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VII da mesma.-----

O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 3592/2017.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 4384/2017, de treze do corrente mês de dezembro.-----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

11. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O NAST – NÚCLEO ASSOCIATIVO DE SANTO TIRSO.-----

Presente ofício de vinte e três de outubro último, da associação denominada NAST – Núcleo Associativo de Santo Tirso, registado com o número vinte e sete mil e oitenta e cinco, a remeter programa de desenvolvimento desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio da câmara municipal para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa.-----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação registada com o número doze mil e trinta e dois, de onze do corrente mês de dezembro, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que a associação denominada NAST – Núcleo Associativo de Santo Tirso tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta, no dia trinta e um de agosto findo, válida por quatro meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, no dia treze do corrente mês de dezembro, válida por três meses;-----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município;-----

Considerando a competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do nº 1 do artº 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 3.000,00 € (três mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de

Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VIII da mesma.-----

O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 3630/2017.-----

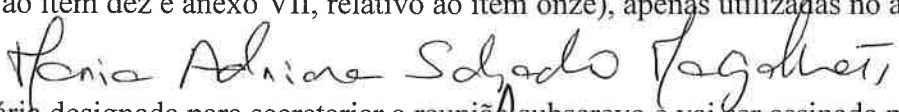
O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 4383/2017, de treze do corrente mês de dezembro.-----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram:

E para constar se lavrou a presente minuta da ata que tem trinta e três folhas, e sete documentos anexos (anexo I, relativo ao período de antes da ordem do dia alínea a), anexo II e III relativo ao item três; anexo IV, relativo ao item quatro; anexo V, relativo ao item nove; anexo VI, relativo ao item dez e anexo VII, relativo ao item onze), apenas utilizadas no anverso, que eu


funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.



APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pela câmara municipal em reunião de 28 / 12 / 2017, conforme consta do item dois da respetiva minuta (folhas sete).-----

A Secretária,

